

# **Crise da *globalização* e lógica destrutiva do capital – Notas sobre o sócio- metabolismo da barbárie**

*Crisis of the globalization and destructive logic  
of capital – Notes on the socio-metabolism of  
the barbarism*

## **R** esumo

A partir da crise estrutural do capital, o sócio-metabolismo do capitalismo mundial adquire uma nova natureza. É o que denomina-se de sócio-metabolismo da barbárie com suas profundas implicações psicossociais na reprodução societal. Será sugerida uma interpretação da crise da globalização a partir da tríplice crise do capital no século XX. Considera-se que a partir de tais elementos teórico-analíticos é que se pode investigar, numa perspectiva crítica renovada, alguns fenômenos candentes do capitalismo global, como a dessocialização e precarização do trabalho e a crise das políticas sociais.

**Palavras-chave:** capitalismo, globalização, precarização do trabalho.

## **A** bstract

Starting from the structural crisis of the capital, the socio-metabolism of world capitalism has acquired a new nature, here referred to as the socio-metabolism of barbarism, which has profound psychosocial implications in societal reproduction. An interpretation of the globalization crisis is provided from the triple crisis of the capital in the 20<sup>th</sup> century. It is argued that it is from such theoretical-analytical elements that some phenomena of world capitalism, such as desocialization and labor precarization as well as the socio-political crisis, can be investigated from a renewed perspective.

**Key words:** capitalism, globalization, labor precarization.

**Giovanni Alves**

Doutor em Ciências Sociais pela  
Universidade Estadual de Campinas –  
UNICAMP.

Professor de Sociologia da Universidade  
Estadual Paulista – UNESP – Campus de  
Marília.

Coordenador-Geral do Projeto NEG –  
Núcleo de Estudos da Globalização.  
<<http://www.globalization.cjb.net>>

**O** nosso objetivo é apresentar algumas breves considerações sobre a natureza do sócio-metabolismo do capitalismo mundial que se desenvolve, principalmente, a partir da sua crise estrutural. Em primeiro lugar, trataremos do sócio-metabolismo da barbárie e suas profundas implicações psicossociais na reprodução societal. Depois, iremos sugerir uma interpretação da crise da globalização a partir da tríplice crise do capital no século XX. Consideramos que é a partir de tais elementos teórico-analíticos que podemos investigar, numa perspectiva crítica renovada, alguns fenômenos candentes do capitalismo global, como a precarização do trabalho e a crise das políticas sociais. De fato, na virada para o século XXI, o sistema do capital explicita sua lógica destrutiva e acirra suas contradições sócio-históricas que assumem uma dimensão *qualitativamente nova*.

Na verdade, como o sistema do capital não consegue realizar as possibilidades objetivas de desenvolvimento de uma nova sociabilidade humano-genérica, contidas no próprio desenvolvimento das forças produtivas, de “recuo das barreiras naturais”, elas se invertem em forças destrutivas da sociabilidade moderna, explicitando múltiplas formas de irracionalidades societárias ampliadas, dessocializando o mundo do trabalho e constituindo o sócio-metabolismo da barbárie.

Os sintomas do sócio-metabolismo da barbárie se ampliam não apenas nos pólos subalternos do sistema do capital, incluso o Brasil, mas inclusive nos pólos centrais do sistema do capital (por exemplo, constatou-se uma nova pobreza no Primeiro Mundo, que se amplia mesmo nas condições de um crescimento da economia capitalista). Há cerca de trinta anos, o capitalismo no Brasil busca uma inserção sustentável na nova economia política do capitalismo global. Mas o que constatamos nesse período de crise do desenvolvimentismo foi o desmon-

te de formas “modernas” de sociabilidade a título de se adaptar à nova ordem “pós-moderna” do capital. De fato, a adaptação à *globalização* torna-se um mero eufemismo para o desenvolvimento de um sócio-metabolismo da barbárie como novo modo de evolução do capitalismo mundial.

Alguns autores constataram que a idéia de desenvolvimento, tal como se constituiu no século XX, tornou-se obsoleta nas condições críticas do sistema do capital. Do *colapso da modernização* de Kurz ao *desenvolvimento impossível* de Arrighi, surge o espectro de um novo sócio-metabolismo, o da barbárie, que é a explicitação societária de uma articulação sócio-histórico do capitalismo mundial dos *trinta anos perversos* (em contraste, por exemplo, com os *trinta gloriosos*) (KURZ, 1992; ARRIGHI, 1998).

Ao dizermos *sócio-metabolismo da barbárie*, queremos indicar uma matriz analítico-crítica capaz de identificar o complexo societário ampliado de irracionalidades psicossociais as mais diversas, cuja principal saliência disruptiva são as múltiplas formas de precarização objetiva (e subjetiva) da força de trabalho e do trabalho vivo. A base material do sócio-metabolismo da barbárie é o novo regime de acumulação e de reprodução societária do capitalismo global, caracterizado pela predominância do capital financeiro e da financeirização da riqueza capitalista. Portanto, é a partir da *natureza da mundialização do capital* que explicar a constituição de um precário mundo do trabalho e também dos limites das políticas sociais tal como se constituíram no século XX. No interior da ordem sistêmica do capital, surge um arremedo de política social que busca dar legitimidade social e política a um *establishment* esgotado em sua capacidade civilizatória.

Mas cabe observar que o desenvolvimento do capital, apesar de ocorrer na perspectiva da exploração do trabalho vivo (e da barbárie), signifi-

cou historicamente e de forma contraditória, a construção das bases da *civilização* ou seja, a *civilização* como possibilidade objetiva que é efetiva apenas como pressuposto negado, um “ainda-não-ser” exacerbado (o *noch-nicht-sein* de Ernst Bloch). Apesar de pressuposto negado, a dimensão civilizatória do capital nunca perdeu sua *efetividade*, que se manifesta como *espectralidade* utópica, cujo conteúdo são as contradições viscerais do capital em processo (BLOCH, 1956; ALVES, 2001).

É na borda subalterna do sistema, incluso o Brasil, que os limites do capital assumem uma dimensão ampliada (o que sempre caracterizou o “subdesenvolvimento” em desenvolvimento). Dessa borda subalterna do sistema, poderíamos dizer, é que nos aparece, em vivas cores, a transfiguração do sócio-metabolismo da barbárie. É nas formas periféricas que se manifesta a *futuridade travada* do sistema do capital. Poderíamos dizer, com respeito à periferia do capital, parafraseando Marx, que “De te fabula narratur”. Se o desenvolvimento é um mito, a periferia é a verdade do sistema. Ora, o Brasil sempre apareceu como o “país do futuro”, de uma futuridade impossível, pelos constrangimentos de um sistema que, se antes prometia a modernização, hoje busca desmontá-la em seus nichos contingentes.

Na década neoliberal surgiram e/ou se disseminaram um complexo de noções e categorias sociológicas. No bojo da globalização, surgiram, por exemplo, dentre outras, léxicos do ilusionismo social – destacamos, dentre outros, empregabilidade e inclusão social. Fale-se, por exemplo, em “sociedade inclusiva”. E diante do desemprego massivo, com componentes estruturais, fala-se em “empregabilidade”. A sintaxe da “inclusão social” oculta a impossibilidade de sua realização. O proliferar de neologismos generosos para sugerir alternativas no interior do sistema do capital é a mani-

feição de um fenômeno típico do capitalismo tardio: a exacerbação da ideologia (algo já sugerido por Baran e Sweezy). A ideologia se exacerba e assume dimensões doentias, cínicas e alucinadas, nas condições de uma irrealização estrutural das promessas de modernidade (BARAN E SWEEZY, 1967).

Vejam o caso do capitalismo no Brasil. O Estado do “subdesenvolvimento”, imerso em sua crise fiscal, mera ponta do iceberg de sua crise estrutural de legitimidade, oculta pelos períodos de exceção democrática, a partir da eleição de governos de centro-esquerda, busca criar condições de crescimento sustentável, pressuposto para políticas sociais mais ampliadas. Mas o que se coloca é, se o *redimensionamento qualitativo* das políticas sociais, dado pela nova dinâmica do sistema do capital, e constrangidas pela financeirização, não explícita hoje, mais do que nunca, a dimensão de farsa de suas promessas de inclusão e de cidadania. Na verdade, ao se exacerbar, a ideologia se *inverte* em simulacro e na impossibilidade de sustentar-se a partir da ótica de uma modernidade impossível. Nesse caso, a crise do Estado não é apenas a *crise fiscal*, mas crise de legitimação e mesmo de função sistêmica. O Estado político, o mediador entre capital e trabalho, busca sua legitimidade, mais do que nunca, em artifícios midiáticos e em simulacros estilo *Matrix*. Nunca parecer ser tornou-se tão importante quanto *ser efetivamente*.

A crise estrutural do capital exacerba algumas qualidades sistêmicas do capitalismo tardio, como a *manipulação* (atributo ineliminável da ideologia exacerbada), que o velho Lukács já acusava nos anos 1960. De fato, o *capitalismo manipulatório* é o capitalismo em crise de produção e reprodução social. Por exemplo, a matriz da manipulação na produção é o toyotismo – mas ela hoje impregna o complexo societário (LUKACS, 1978).

## A mundialização do capital e o sócio-metabolismo da barbárie

Depois de uma apresentação geral dos impasses colocados pela nova ordem globalitária, o da mundialização do capital, é importante destacarmos, de forma *dialética*, a natureza da fase histórica de desenvolvimento do capitalismo mundial. É só a partir da *totalidade concreta* do novo momento de desenvolvimento do sistema sócio-metabólico do capital que podemos apreender o significado essencial dos mais diversos processos societários. Uma reflexão sobre o mundo do trabalho, por exemplo, exige que tenhamos a clareza sobre a forma/conteúdo sócio-histórica da etapa presente de desenvolvimento do capitalismo mundial. É ela que irá determinar, *cum grano salis*, e através de uma rede complexa de múltiplas determinações, processos societários inscritos nessa determinada esfera social. Uma apreensão legítima da economia política do capitalismo mundial em sua fase hipertardia torna-se indispensável.

Na verdade, o capital em seu processo de expansividade global irrefreável e incontrolável aparece, mais do que nunca, sob o capitalismo global do século XXI, como uma *totalidade* concreta em movimento sistêmico, permeada de contradições dilacerantes. Esta é outra dimensão heurística que precisamos salientar. Além de apreender na ótica da economia política do capitalismo global, com sua dinâmica particular-concreta, com diferença em relação ao capitalismo dos primórdios do século XX, ou ainda do pós-guerra, é importante, apreender o sistema do capital como intrinsecamente contraditório. Enfim, *o capital é a contradição viva*. O que significa apreender não apenas o *ser-ai* do sistema do capital, mais inclusive o *ainda-não ser*, posto como possibilidade concretas negadas. É tal dimensão que abre as portas da utopia social (o que já salientamos antes).

O sistema do capital em sua fase globalitária – uma nova forma do imperialismo – possui as seguintes características essenciais:

1. A dinâmica do capitalismo global está sob a hegemonia do *capital financeiro*, no sentido conceitual exposto por François Chesnais em seu livro *A Mundialização do Capital*, de 1994 (CHESNAIS, 1995); ou seja, um processo de desenvolvimento capitalista sob a hegemonia de uma fração do capital – o capital financeiro no sentido de *capital especulativo-parasitário* que tende a imprimir sua marca sob as demais frações do capital (o capital industrial e o capital comercial). O capital financeiro representa aquela fração de capitalistas que buscam valorizar o capital-dinheiro sem passar pela esfera da produção de mercadorias, permanecendo, deste modo, no interior do mercado financeiro.

O desprezo pelo investimento produtivo e a busca avassaladora da rentabilidade líquida e segura são os traços principais da natureza do capital financeiro. Ele floresce nos empreendimentos com papéis (ações, moedas e títulos públicos) que se disseminaram nos últimos vinte anos. A *financeirização da riqueza* se origina, em suas determinações essenciais, tanto da busca exacerbada de valorização de uma massa de capitais-dinheiro, contida em sua valorização real por uma crise estrutural de superprodução do capital quanto de uma crise fiscal do Estado capitalista e sua busca desesperada de financiamento de seu déficit público (ALVES, 2001).

2. O sistema da mundialização do capital é o sistema de metabolismo social da *produção destrutiva*, isto é, a expressão mais desenvolvida da lei da queda tendencial da utilização dos valores de uso, do desperdício generalizado, tal como nos apresentou István Mészáros em seu livro *Para Além do Capital*, em 2002 (MÉSZÁROS, 2002). Em sua fase desenvolvida hipertardia, ele constitui



uma nova forma de sócio-metabolismo – o sócio-metabolismo da barbárie com características específicas que a diferenciam do sócio-metabolismo de outras etapas de desenvolvimento capitalista. O cerne do sócio-metabolismo da barbárie é sua lógica destrutiva que atinge não apenas a objetividade da produção, mas a subjetividade dos “sujeitos monetários”, como diria Kurz.

É nessa etapa do sócio-metabolismo da barbárie que o sistema do capital é a expressão histórica da mais dilacerante contradição do sistema do metabolismo social do capital, ou seja, a contradição que o capital carrega irremediavelmente consigo, a contradição entre *civilização* e *barbárie*, entre o desenvolvimento das forças produtivas humano-genéricas enquanto *pressuposto negado* (mas efetivo) do processo civilizatório; e o desenvolvimento das relações sociais, do capital e do capitalismo, postas como obstáculos à plena realização das possibilidades concretas de emancipação humano-genérica, pressupostas nos objetos de uso, produto do trabalho socializado e da técnica (ALVES, 2001).

Na verdade, a mundialização do capital expõe com vigor a lógica destrutiva do capital. Ela se manifesta no desemprego de massa, na miséria física e espiritual das massas. Amplia-se apenas o que o capitalismo tardio já expelia como subproduto de sua dinâmica societal há tempos.

Esse cenário de pós-modernidade *noir*, estilo *Blade Runner*, é o reflexo societal da financeirização da riqueza. É ela que altera a dinâmica sistêmica. Atinge sua própria base de reprodução, pois a produção não apenas perde sua centralidade sistêmica, apesar de que o mundo do trabalho abstrato continue no centro de gravidade solar do capital (o que conduz sempre a estouros de bolhas especulativas, tornando instável sua dinâmica global). Esse detalhe altera o metabolismo da economia política do sistema do capital. Ele possui repercussões profundas não apenas na econo-

mia e na produção (com o conceito de acumulação flexível), mas na psico-sociabilidade em geral. Na verdade, pode-se falar de uma *subjetividade financeirizada*, volúvel tanto quanto o capital fictício que prolifera nos circuitos financeiros. É a “corrosão do caráter” (SENNET, 1998). É apenas o eufemismo da barbárie que não é apenas da miséria física, mas espiritual das massas, da objetividade e subjetividade. A precarização (e a neo-precariade) são instituídas pelo sócio-metabolismo da barbárie. Mas, a verdade é que, é impossível constituir uma sociabilidade autêntica quando “tudo que é sólido se desmancha no ar” – Marx já o dizia no *Manifesto Comunista*, de 1848.

É claro que lidamos com um construto sócio-político, histórico, inscrito na própria formação da mundialização financeira. Na medida em que se reproduziu e sedimentou certa *sociabilidade estranhada*, o capitalismo global em sua dimensão neoliberal, reforça o que é intrínseco ao capital. Mas existe uma contradição visceral – ela destrói na medida em que cria. De fato, a criação se interverte – ou é anulada – em dessocialização que expressa tão-somente a lógica do trabalho abstrato, da autovalorização do valor. Sem obstáculos, a lógica do capital degrada o homem.

A barbárie é o sócio-metabolismo de uma institucionalidade constituída pelas derrotas políticas (e sociais) do mundo do trabalho no século XX. Mas, apesar de sedimentada, seu percurso histórico não é absoluto. Suas contradições societárias colocam possibilidades ampliadas de recusas que se acumulam e que pelo menos colocam a *esperança* como valor ontológico de um *ainda-não-ser* (o para além do capital).

### **A crise da globalização e suas significações ocultas**

É importante algumas considerações à nova conjuntura da mundialização do

capital abertas na década iniciada em 2000. Apresentaremos alguns elementos da crise da globalização, importantes para situar qualquer análise concreta. Entramos no século XXI imersos na crise da *globalização*, ou seja, a crise da mundialização do capital, de sua ideologia, e inclusive de seus pressupostos negados, o processo civilizatório humano-genérico. Desde seus primórdios, a *globalização*, compreendida como mundialização do capital em suas múltiplas determinações (capital produtivo, capital comercial e principalmente capital financeiro), tendeu a explicitar-se como um processo sócio-histórico complexo, permeado de contradições e significações, de promessas e de ameaças.

**A globalização  
representava a própria  
explicitação superior da  
natureza do sistema  
sócio-metabólico do  
capital, intrinsecamente  
contraditório e  
incontrolável.**

A partir da mundialização do capital, em meados dos anos 70 do século passado, surgiu a ideologia da globalização que na década seguinte tenderia a se disseminar pelo mundo capitalista. Em si, representava os interesses das corporações transnacionais e dos grandes fundos de investimentos privados, sedentos de uma valorização exacerbada.

Foi nos anos 1980 que se constituiu as principais linhas de desenvolvimento do capitalismo global que, hoje, apresentam seus limites críticos. A ideologia da globalização, com sua pregação da desregulamentação financeira e da liberalização comercial (para os países capitalistas periféricos), do desmonte

da legislação trabalhista e do ideário neoliberal de gestão da macroeconomia capitalista, constituiu-se como exigências da mundialização do capital, de um processo natural de desenvolvimento da economia mundial a qual todos nós deveríamos nos adaptar. Ela sustentou (e foi sustentada) pelos governos conservadores e liberais dos principais países capitalistas da década de 1980 como Ronald Reagan nos EUA, Margaret Thatcher na Inglaterra e Helmut Kohl na Alemanha (inclusive, com ressonâncias na nova esquerda social-democrata, com François Mitterrand na França).

Na última metade da década de 1980, a onda primordial da globalização e sua ideologia atingiram os países industrializados da periferia, como a América Latina (Argentina, Chile, Brasil e Venezuela, Bolívia, México) e a seguir, os países do Leste Europeu e a Rússia. Até 1994, a ideologia da globalização se apresentou, em sua forma neoliberal, como um “admirável mundo novo” da civilização do capital. Em seu ápice ideológico, a mundialização do capital alimentou os devaneios de um Francis Fukuyama e seu “fim da história” e o dogma da ortodoxia neoliberal e seu “pensamento único”. Mesmo o *crash* financeiro de 1987 e o ciclo recessivo dos primórdios dos anos 90 não abalaram o ânimo dos arautos da globalização, compreendida como crença radical no progresso capitalista.

O desmonte da URSS e do Leste Europeu só veio alimentar a auto-confiança no poder dos mercados desregulamentados. A constituição de uma pletera de capitais no centro capitalista, sedenta de valorização exacerbada, na virada para os anos 90, tenderia a alimentar um novo ciclo de euforia capitalista, de exuberância irracional, de desenvolvimento integral de novos lócus de acumulação e comércio capitalistas (NAFTA, União Européia, Mercosul e agora, ALCA)<sup>1</sup>.

A nova onda da globalização iria estourar nas sucessivas crises finan-

ceiras do México (1994), do Sudeste Asiático (1997), da Argentina (1998) e do Brasil (1999), atingindo, nos primórdios do século XXI, o centro capitalista (EUA).

A crise da mundialização do capital é a crise de um modo de desenvolvimento capitalista centrado na financeirização exacerbada da riqueza e que, desde a sua constituição, no decorrer dos anos 80, assumia contornos críticos, demonstrando suas vulnerabilidades sistêmicas. O que observamos, a partir da década passada, é um crescendo de contradições sistêmicas irremediáveis que, partindo dos elos mais fracos do sistema mundial do capital, atinge, hoje, o centro capitalista. A crise da globalização é tão-somente o ápice de um desenvolvimento crítico. O que significa que, ao invés de ser uma mera exceção, a crise é a própria normalidade da globalização.

A crise tem uma função sistêmica para o capital, ou seja, contribui para criar (e ampliar) a base de desenvolvimento do seu próprio metabolismo social, no plano mundial, eliminando resistências sociais e políticas, adotando novas formas ideológicas capazes de expressar a natureza incontrolável da civilização da aquisitividade capitalista.

É claro que a crise é um momento de “risco” para o mundo capitalista, pois com ela podem se constituir, nos elos mais fracos do sistema, alternativas de desenvolvimento não-capitalista. Entretanto, a crise é tão necessária para a acumulação capitalista, quanto os momentos de crescimento e de *boom* especulativo. Queiramos ou não, é a lógica do capital que assola nossa civilização. É contra ela que devemos nos posicionar.

A mundialização do capital contém, em suas origens, como elemento geopolítico fundamental, a crise de hegemonia do americanismo ou dos Estados Unidos como núcleo hegemônico do sistema mundial do capital. O que significa que, desde seus primórdios, a globalização como

mundialização do capital é expressão da crise hegemônica do centro dinâmico da economia mundial, os Estados Unidos. É o que alguns autores, como Michel Aglieta (1979) e David Harvey (1993), denominaram de crise do fordismo, que é a crise do padrão de desenvolvimento americanista do capitalismo mundial.

Como o sistema mundial do capital se constituiu à imagem e semelhança do seu núcleo dinâmico, os EUA, a crise do americanismo expressa a crise de uma civilização, a civilização do capital, que assumiu, nas últimas décadas, a forma afirmativa de globalização como mundialização do capital. É do núcleo crítico do sistema mundial, os EUA, na passagem para a década de 1970, que se desenvolverão as tendências predominantes da globalização das décadas seguintes.

A *financeirização* está no bojo dos nexos críticos da economia americana no final da década de 1960. Por exemplo, o rompimento do padrão ouro-dólar e dos acordos de Bretton Woods, além da instauração do câmbio flexível, a partir da recessão de 1973, irão abrir um cenário propício para o desenvolvimento do capital financeiro na década de 1980.

Será da borda interna da Tríade, do Japão, que surgirá, no plano das formas organizacionais do novo padrão de acumulação flexível, uma nova resposta à crise do capital – o toyotismo. No decorrer da globalização o “modelo japonês de produção” irá perdendo suas determinações originárias e tornar-se a ideologia orgânica da reestruturação produtiva do capital. O toyotismo articulará uma nova racionalização do trabalho, repondo, sob novas determinações a velha divisão hierárquica do trabalho voltada para a extração de sobretrabalho. A afinidade eletiva entre financeirização e toyotismo expressará o cerne contraditório da globalização como mundialização crítica do capital (ALVES, 1999).

Na década de 1980, a década de expansão da globalização, era visível o

caráter de crise hegemônica dos EUA. É, a partir dela, que se difunde as políticas neoliberais e de apoio ao desenvolvimento da financeirização da riqueza capitalista. A ofensiva do capital na produção assume formas selvagens, seja em sua dimensão tecnológica ou organizacional, com o toyotismo. Ela atingirá a borda subalterna do sistema mundial do capital na virada para a década de 1990, com as políticas neoliberais na América Latina, no Leste Europeu e na Rússia pós-soviética.

A abertura da China continental e o desenvolvimento modernizador do Sudoeste Asiático irão contribuir para um ciclo de expansão precária do capitalismo americano na década de 1990. É o que denominamos de “segunda onda da globalização”, que contém em seu bojo novos elementos de crise. As crises da globalização na década de 1990 – México, Sudeste Asiático, Rússia, Argentina e Brasil, e que atingirão o “coração” do sistema mundial – Wall Street, a partir de 2000, irão explicitar o caráter estrutural da crise do núcleo dinâmico e colocar na década de 2000 os cenários de incerteza e riscos da mundialização tal como vislumbraram na década primordial da globalização dos anos 70 do século passado.

O que significa que, em busca de um novo fôlego dinâmico, ou seja, de um novo patamar para seu desenvolvimento crítico, o centro dinâmico irá tentar recompor na década de 2000 uma nova base para sua hegemonia precária (a luta contra o terrorismo é a luta derradeira de um Império em crise).

Os planos de integração regional, tal como a ALCA e a política de força imperial nos elos estratégicos do Império em crise (Balcãs, Afeganistão e agora Iraque), podem ter a mesma função sistêmica que a expansão neoliberal e a incorporação do Oriente soviético e asiático tiveram na passagem da década de 1980 para 1990 e que contribuíram para o ciclo expansionista da era Clinton. Com certeza, a nova estratégia americanista possui bases po-

líticas e sociais frágeis, tendo em vista que o projeto da ALCA ocorre sob condições de uma crise estrutural da própria forma de desenvolvimento neoliberal de cariz americanista e a ofensiva militar ocorre num cenário de instabilidade crescente e de fragilidade hegemônica na política internacional.

Diante da crise do núcleo dinâmico surgem algumas “miragens” de pólos alternativos de desenvolvimento para o capitalismo mundial, tais como o Japão. Nos anos 1980, o “modelo japonês” se disseminou pelo mundo capitalista. Mas logo demonstrou sua fragilidade orgânica a partir do *crash* financeiro de 1987 e o estouro da bolha especulativa em 1990. Até hoje a economia japonesa vive em estagnação e deflação. A crise da economia japonesa representa tão-somente a expressão crítica do americanismo oriental, ou seja, expressa a incapacidade do Japão ser um pólo alternativo à crise do sistema do capital tendo em vista que é parte orgânica do próprio núcleo crítico (o mesmo ocorre com a União Européia). Deste modo, é mera ilusão acreditar que ambos os pólos da Tríade possam ser alternativa à crise orgânica do seu núcleo dinâmico (os EUA), tendo em vista que são partes intrínsecas dele (a incapacidade da União Européia, sob o euro, ser alternativa a hegemonia crítica dos EUA e do dólar é bastante perceptível na virada para a década de 2000).

Deste modo, é possível dizer que a crise da globalização que ocorre na virada para a década de 2000 é expressão de uma crise estrutural do capital, cujo primeiro momento contingente teve expressão histórica na década de 1970 e teve como desdobramento imediato a mundialização financeira e sua ideologia neoliberal. É tal forma de desenvolvimento – a “globalização” de cariz financeirista – que está em crise. Mas cabe salientar que é apenas a crise de uma forma de desenvolvimento da crise estrutural do capital. Hoje, busca-se constituir formas alternativas de desenvolvimento da crise estrutural, agora a

cabo de políticas sociais-democratas de cariz liberal (o blairismo e sua Terceira Via, por exemplo, é a própria expressão do thatcherismo da globalização em crise), que possam garantir, por um lado a acumulação do capital e, por outro lado, a reprodução social, cada vez mais crítica, num cenário de barbárie ampliada. Mas, como observa Mészáros (2002), as margens de manobra do capital, hoje, mais do que nunca, estreitaram-se.

## Financeirização e barbárie

Certa vez, o jornal *Folha de São Paulo* publicou, em 30 de julho de 2003, a seguinte manchete: “EUA abortam ‘mercado futuro do terror’”. A reportagem tratava de um fato inusitado com repercussão internacional: o Departamento de Defesa dos EUA sugeriu a criação de um mercado futuro no qual apostadores tentariam adivinhar a ocorrência de ataques terroristas ao redor do mundo. A bolsa de apostas permitiria aos investidores lucrar com previsões sobre a ocorrência de ataques ou instabilidades políticas no Egito, na Jordânia, no Irã, no Iraque, na Arábia Saudita, na Síria, na Turquia e na Coreia do Norte. Quanto mais corretas as previsões, mais os apostadores teriam lucros na operação (a exemplo do que ocorre em mercados futuros de moedas e de petróleo).

O Pentágono esperava que o mecanismo estimulasse pessoas com informações sobre possíveis atentados a fazer apostas no mercado futuro, tornando mais previsíveis as datas e os locais da ocorrência de ações terroristas. Dizia um dos comunicados oficiais do Departamento de Defesa sobre o programa:

*Pesquisas indicam que os mercados são extremamente eficientes e capazes de agregar informações dispersas e ocultas. Mercados futuros têm sido mais eficientes do*



que analistas, por exemplo, para prever resultados de eleições (FOLHA DE SÃO PAULO, 2003).

Apesar de ter sido abortada, a idéia de um mercado futuro do terror é o exemplo significativo da lógica sistêmica do capitalismo global. É o que François Chesnais (1995) denominou de regime de acumulação predominantemente financeiro. O capital como sujeito da modernização destrutiva possui, como sua determinação estrutural, a capacidade de se apropriar, como elemento de sua própria reprodução sistêmica ampliada, de formas sociais desenvolvidas por ele mesmo. Num cenário de barbárie e de crise de superprodução (com o estouro da bolha especulativa), com as massas de capitais fictícios buscando novas instâncias de acumulação especulativo-parasitária, a idéia do Pentágono possui uma adequação sinistra aos nossos tempos. Antes de ser um inusitado instrumento de coleta de informações sobre o terrorismo internacional, o plano do Pentágono explicitou a verdadeira lógica sócio-produtiva e reprodutiva do capitalismo global: a financeirização da riqueza capitalista.

Quando Chesnais salienta em seus livros (1995; 1999) que o capitalismo global se caracteriza pela mundialização do capital baseada num regime de acumulação predominantemente financeiro, ele sugere um novo recurso heurístico para interpretar a civilização do capital com múltiplas repercussões societais.

Vejamos: Ao colocar a financeirização da riqueza capitalista como elemento estruturador da lógica sistêmica do capital, Chesnais, como temos salientado, explica, por exemplo, o significado da voracidade das novas práticas de reengenharia empresarial, instauradas pelo toyotismo como ideologia orgânica da organização do trabalho capitalista. A grande empresa industrial tende a incorporar o espírito do capital

financeiro, imbuindo-se do horizonte de curtíssimo prazo em seus investimentos produtivos. Ela busca apresentar para seus acionistas, sedentos de uma rentabilidade voraz, resultados cada vez mais espetaculares, mesmo que seja às custas de dolorosos processos de reengenharia (com cortes de pessoal em massa) ou de trapças contábeis (cujo caso exemplar é o da Enron, durante os anos dourados da bolha especulativa nos EUA). O capital industrial incorpora a lógica da acumulação flexível em suas múltiplas instâncias (com certeza, precisaríamos de mais espaço para desenvolver as profundas repercussões da financeirização no mundo dos negócios capitalistas).

Mas o espírito do capitalismo financeiro exacerbado é base estrutural de uma série de novos fenômenos ideológicos, políticos e culturais. Como discuti no meu livro *Dimensões da Globalização – O capital e suas contradições*, a disseminação da ideologia da flexibilização de conquistas sociais mundo do trabalho – seja no campo da legislação trabalhista ou dos direitos previdenciários – decorre das pressões nada sutis da lógica da financeirização totalitária. Para os investidores, tudo; para o trabalho, nada – ou só as migalhas da ordem vociferante do capital. As necessidades e desejos do capital financeiro, organizados no plano do imaginário social pela mídia dominante, incorporam-se no cotidiano da linguagem e do senso comum de homens e mulheres. Por isso, como reflexo da lógica sistêmica do capital parasitário-especulativo, a financeirização não é apenas uma política ou ideologia, é uma cultura hegemônica de um sistema de capital global em crise.

Além disso, é a centralidade sistêmica da financeirização capitalista que explica as novas práticas políticas do Estado neoliberal, que mesmo sob governos sociais-democratas, na periferia capitalista desenvolvida, é obrigado a garantir autonomia operacional para o Banco Central e o

respeito às normas do FMI, o representante-mor dos interesses do capital financeiro internacional. Ou ainda, a crença ideológica de que a saída para a Previdência Social é a constituição de Fundos de Pensão, são expressões sintomáticas da nova lógica societal. Ora, a criação de uma imensa massa de capital-dinheiro, sedenta de valorização, inclusive para cumprir a finalidade para a qual se constituiu – garantir as pensões e aposentadorias de seus sócios-membros – só deve contribuir, mais ainda, para aprofundar a lógica societal contraditória do capitalismo global e de sua reprodução sistêmica (o  $D - D'$ ), ou seja, a reprodução hermafrodita da riqueza abstrata. Isto é, num cenário de crise de superprodução, as massas de capital-dinheiro buscam se auto-valorizar através do mercado financeiro, de títulos públicos, ações, moedas, mercados futuros dos mais diversos tipos, inclusive, como sugeriu o Pentágono, o mercado futuro do terror. Reforçam-se as estruturas da especulação financeira parasitária que contamina toda a sociedade.

Estamos diante de uma necessidade – e desejo – do “sujeito” da modernização destrutiva. Portanto, criar fundos de capital-dinheiro que buscam valorizar-se é alimentar o Moloch do século XXI (Moloch é o deus fenício que exigia contínuos sacrifícios de vidas humanas). Incentivar a constituição de Fundos de Pensão, administrados segundo a lógica da rentabilidade capitalista, é colocar o destino de milhões e milhões de homens e mulheres à mercê dos humores fluidos (e da instabilidade sistêmica) do sistema de capital.

Mas a lógica da financeirização constitui ainda uma cultura dominante: a cultura pós-moderna, que se fez à imagem e semelhança da lógica societal da financeirização (a fluidez e o indeterminismo são os traços centrais de um mundo de fragmentação que proclama a morte do Sujeito e o fim da História). A cultura pós-mo-

derna traduz o fetichismo intenso que penetra a sociabilidade do capitalismo global, tão bem caracterizada por David Harvey, (1993) e Fredric Jameson, (1996). Essa fluidez da vida social em suas múltiplas instâncias, inclusive fluidez do próprio caráter, como salienta Richard Sennet (1998), em seu belo livro *A corrosão do caráter*, é reflexo da nova base sócio-produtiva do capital. É claro que em cada campo particular-concreto – político, ideológico, cultural-subjetivo, ou ainda do trabalho e organização da produção capitalista – a construção de uma lógica interna adequada à financeirização da riqueza capitalista segue legalidades próprias, articulando inclusive elementos passados e presentes do sistema de capital.

Na verdade, o desenvolvimento da mundialização financeira, tão bem delineada por François Chesnais (1995; 1999), não promove uma ruptura com o desenvolvimento do capital, mas apenas (ex)põe novas determinações complexas, instaurando um salto qualitativo em seu desenvolvimento sócio-histórico. Mészáros (2002) tem ressaltado a dimensão da produção destrutiva, não destacando tanto quanto Chesnais, o novo caráter financeirizado da riqueza capitalista. Para Mészáros, as contradições do capitalismo global são atávicas e decorrem de defeitos estruturais de controle do capital. Por outro lado, Chesnais apreende saltos qualitativos no interior dos defeitos estruturais do capital; determinações contingentes, é claro, mas que instauram uma nova dinâmica perversa para a crise estrutural do sistema do capital.

A financeirização poderia ser explicada como uma dimensão da produção destrutiva do capital, como destaca Mészáros, e como um desdobramento sistêmico de uma crise de superprodução tão bem ressaltada por Robert Brenner (2001), que publicou o interessante livro *O Boom e a Bolha*, aonde procura vincular crise estrutural de superprodução e bolha

especulativa nos EUA na década passada. As referências heurísticas do marxismo crítico são bastante interessantes e indispensáveis para aqueles que querem elaborar uma explicação científica da natureza da crise da globalização. Elas contribuem para a desfetichização de notícias jornalísticas inusitadas (como a que tratamos logo acima). Com certeza, o difícil não é fazer o diagnóstico do nosso tempo, mas encontrar aqui e agora, a partir das novas determinações da luta de classe dos primórdios do século XXI, perspectivas e alternativas concretas organizadas para além do capital.

### O sócio-metabolismo da barbárie

A crise da globalização representa, em si, um desdobramento crítico (e destrutivo, diria Mészáros) da civilização do capital. Ela não aparece apenas após um período de *boom* da economia capitalista na década de 1990. Mesmo nas condições expansivas da globalização (e da sua ideologia), sua dimensão crítica está latente e pulsante, determinando impasses estruturais do sistema sócio-metabólico do capital (o *débaçle* do México em 1994 ocorreu no ápice do *boom* da globalização). Na verdade, a globalização, como forma de ser do desenvolvimento do capitalismo moderno, é componente da crise estrutural do capital, sua determinação reflexiva, se tivermos que utilizar um léxico dialético.

Antes de ser a exceção, a crise é a regra de uma forma de ser do sistema mundial produtor de mercadorias que ex-põe suas contradições objetivas em larga amplitude e intensidade. É a natureza crítica (e destrutiva) da globalização que impulsiona as inovações sócio-tecnológicas aceleradas da civilização do capital, que atingem as mais diversas esferas da sociabilidade<sup>2</sup>.

O capital é uma contradição viva, salientava Marx, e seu desenvolvimen-

to crítico possui uma função histórica: repor suas formas estranhadas de apropriação do mais-valor. Entretanto, em sua etapa tardia de desenvolvimento histórico, as contradições estruturais do capital assumiram uma dimensão insuportável. No século XXI, a barbárie deixou de uma possibilidade concreta (socialismo ou barbárie), para tornar-se a própria forma de ser da civilização do capital.

Apesar disso, reiteramos a dimensão contraditória do desenvolvimento crítico do capital (o que Mészáros não salientou devidamente), isto é, o processo civilizatório continua sendo um pressuposto negado do desenvolvimento do capital. E cabe salientar – é negado, mas efetivo, tendo em vista que é ele que impulsiona, em si, os novos movimentos de contestação social. É a efetividade negada do processo civilizatório humano-genérico, uma outra dimensão da globalização, que abre as perspectivas das novas utopias sociais.

Mas, a barbárie é a representação impressionista da crise da globalização como processo sócio-estrutural. Como forma de ser da civilização do capital, a barbárie “dissolve” as perspectivas transcendentais da práxis cotidiana, sedimentando afetos regressivos na subjetividade dos indivíduos sociais. Ela é a expressão plena (com múltiplos derivativos) das forças sociais de classe mais regressivas da civilização do capital, que, catalizadas pela sua crise estrutural, ocupam o cenário histórico. O imperialismo cínico e truculento de um George W. Bush e o terror irracional de um Osama Bin Laden ou a exacerbação dos mercados financeiros, não criaram, com certeza, a barbárie, mas são apenas parte dela. Estamos diante tão-somente de fetiches do capital como sociabilidade estranhada.

É impossível tratar da natureza da crise da globalização sem tratar da sua idiossincrasia atávica – a barbárie como forma de ser da sociabilidade da civilização do capital. Ora, o movi-



mento do capital como processo civilizatório sempre possuiu, por um lado, uma direção progressiva, dado pelo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, e, por outro lado, um sentido regressivo, dado pela apropriação privada da riqueza social. Eros e Tanatos compoem a estrutura societal de uma forma histórica de metabolismo sócio-humano. A barbárie é parte do próprio sistema do capital, como demonstrou o século XX. Mas, a sua amplitude (e intensidade), principalmente no bojo de uma crise estrutural de amplo espectro e larga duração, tendeu a promover mudanças qualitativamente novas na própria forma de ser.

Em sua fase tardia, o capital, imerso em sua crise estrutural, ampliou (e intensificou) seus nexos contraditórios. O que Schumpeter (1984) apreendeu, de forma ingênua, como sendo “destruição criativa”, passou a ser determinado, cada vez mais, no decorrer do século XX, pela lógica da produção destrutiva, capaz de impedir – e obstruir – o desenvolvimento do processo civilizatório. Na verdade, a burguesia em sua *persona* financeira tornou-se incapaz de qualquer promessa civilizatória. Pelo contrário, ela cultivava o medo como artifício para instaurar formas regressivas de sociabilidade, que, por outro lado, convivem com espectros irrealizados de possibilidades concretas de emancipação humano-genéricas.

Portanto, a barbárie possui uma dimensão sistêmica, constituindo uma nova etapa de desenvolvimento do capital em sua forma tardia (a barbárie como modo de produção é uma sugestão curiosa levantada por István Mészáros em seu recém-lançado livro no Brasil, *Século XXI – Socialismo ou Barbárie?*). Ora, a nova configuração societal do capitalismo moderno, que surge a partir da crise da globalização, exige investigações sociológicas capazes de apreender como a barbárie se manifesta, não apenas em sua dimensão sócio-políti-

ca propriamente dita, mas em sua dimensão psico-cultural (com as novas formas de estranhamento e fetichismo da mercadoria, o que tentamos fazer num dos ensaios que compõe o livro *Dialética do Ciberespaço*<sup>3</sup>).

E diríamos mais: cabe à ciência social apreender não apenas como a barbárie se manifesta, mas como se constituem as novas formas de contradições estruturais da civilização do capital, o que pressupõe tratarmos não apenas da barbárie do capital, mas da frustração de suas promessas irrealizadas, dos espectros de possibilidades concretas de emancipação humano-genérica contidas (e negadas) pela civilização do capital. Este é o modo de resgatarmos, pelo menos no plano do pensamento social, a utopia e a esperança como categorias sócio-históricas, numa perspectiva materialista (seguindo a trilha do marxista Ernst Bloch, 1956).

Ora, a destilação sistêmica da barbárie, em pleno século XXI, exige de todos nós uma postura política (e epistemológica) de crítica do capital. É quase como um imperativo categórico da pós-modernidade que representa, nada e nada menos, que as promessas frustradas do capitalismo como uma forma de ser do devir humano dos homens.

## A crise da globalização

A crise da globalização, que se desenvolve a partir da inflexão conjuntural ocorrida em 2000, com o estouro da bolha financeira nos EUA, é apenas um momento crítico da crise estrutural do capital que se desdobra há cerca de trinta anos. De fato, 2003 foi um marco do capitalismo mundial por representar trinta anos de crise rastejante do capitalismo global (se tomarmos, é claro, 1973 como uma data significativa, segundo Harvey, 1993, em seu livro *Condição Pós-Moderna*).

Se os *trinta anos gloriosos* representaram um período de notável expansão capitalista do pós-guerra, onde se desenvolveram todas as idealidades da modernização do capital, os *trinta anos perversos* parecem representar um período de *depresso continuum*, caracterizado por breves momentos de crescimento medíocre e instável do capitalismo mundial. Os impactos dos trinta anos perversos sobre o mundo do trabalho organizado são deveras flagrantes: incremento da exploração, desigualdade e exclusão social, principalmente nos países de modernização catastrófica (utilizando a expressão de Kurz, 1992) como o Brasil, acordado do “sonho fordista” pela “crise do milagre” (aquela de 1973).

Entretanto, tentando tornar claro uma periodização do capitalismo do século XX, podemos dizer que a *crise estrutural do capital*, que se desenvolve desde meados da década de 1970, é o segundo momento crítico de uma *crise orgânica do capitalismo moderno*, cujo marco primordial foi a *crise geral do imperialismo* como fase superior do capitalismo, apreendido pelo marxismo clássico (principalmente Lênin em sua obra seminal *Imperialismo – a fase superior do capitalismo*).

Na verdade, a crise orgânica do capital se desenvolveu no século XX e possuiu dois momentos críticos decisivos: o primeiro, nos anos 1920 e, agora, a partir de meados dos anos 1990, sendo que o último momento crítico ocorre no interior de uma crise estrutural, que se desenvolve desde os anos 1970.

Ao dizermos *crise orgânica* e *crise estrutural* tratamos de formas de desenvolvimento do capital que assume uma dimensão crítica, isto é, torna explícito seus defeitos estruturais, as fraturas internas do sistema de capital, e não impede que ocorra, no interior de tais formas de desenvolvimento, momentos de expansão e de depressão da economia capitalista.

Ou seja, apesar do século XX ser percorrido por uma crise orgânica do capital, que se desdobra a partir do imperialismo, não impediu que os momentos críticos decisivos como o *crash* de 1929 e a depressão dos anos 30 se alternassem com períodos de expansão capitalista, como os trinta anos gloriosos.

**Na verdade,  
a crise para o capital  
não pode ser considerada  
uma forma anormal de  
desenvolvimento, mas é  
a sua própria forma de  
desenvolvimento do seu  
sistema sócio-metabólico.**

A crise orgânica é a forma normal de desenvolvimento de um sistema de controle do metabolismo social que, ao se desenvolver como *causa sui*, tende a explicitar seus defeitos estruturais de controle (utilizando a argumentação de Mészáros). É o que presenciemos no século XX – uma série de explicitações objetivas tomadas para remediar os defeitos estruturais do capital, tanto no plano da produção, consumo e circulação (é o que veremos adiante).

A crise estrutural que surge a partir de meados dos anos 1970, e que se desdobra até nossos dias, é a posição plena dos limites estruturais desse sistema de controle sócio-metabólico e dá novos contornos à crise orgânica do capitalismo. Ora, o que apreendemos como crise da globalização é tão somente a forma que a crise orgânica assume no interior de seus limites estruturais. Ela coloca novos desafios para o desenvolvimento do sistema sócio-metabólico do capital.

Ao tratar da crise estrutural do capital, Mészáros (2002 A) trata de uma nova forma de ser do desenvolvimento capitalista que tende a tornar cada vez mais visível seus defeitos estruturais. A inflexão conjuntural de 2000 é um momento crítico da crise estrutural tendo em vista que expõe as fraturas internas do metabolismo societário do capital, bem como a perda de controle de um capital incontrolável. Seguindo Mészáros, apresentaremos, de modo sintético, os principais defeitos estruturais do sistema sócio-metabólico tornado visíveis pela sua crise estrutural:

Primeiro, sob a crise estrutural, produção e controle estão radicalmente separados e, na verdade, diametralmente opostos um ao outro. É claro que este é um pressuposto primordial do próprio sistema do capital, mas seu desenvolvimento crítico tende a colocar novas determinações. Torna-se cada vez mais premente a construção de um novo consentimento do capital na produção. Por exemplo, é visível desde a década de 1970 a busca dilacerante por novas formas de gerenciamento da força de trabalho e novos modelos de produção capitalista (com a posição do toyotismo como ideologia orgânica da produção capitalista temos um instrumento organizacional para reconstituir a fratura entre a produção e seu controle).

Segundo, no mesmo sentido, surgindo das mesmas determinações, observa Mészáros (2002 A), “produção e consumo adquirem uma independência e uma existência separada extremamente problemática”.

Nas condições da crise orgânica, no decorrer do século XX, a expansão da área de serviços capitalistas pode ser explicada como uma forma de lidar com a fratura interna entre produção e consumo (na atividade de serviços, a produção se confunde com o consumo). Mas, sob a crise estrutural, aparecem novas determinações desta fratura interna do metabolismo societário do capital. É visível, no pla-

no da reprodução social, por um lado, a desumana negação das necessidades básicas de incontáveis milhões de pessoas e por outro lado, o “superconsumo” mais absurdamente manipulado e causador de desperdício. Esse defeito estrutural do capital assume dimensões dilacerantes e impactos sócio-ecológicos decisivos. É o que observamos com a obsolescência planejada de mercadorias, ou o que Mészáros observa como sendo a lei tendencial do decrescimento da taxa de utilização do valor de uso, com o crescimento, por exemplo, do lixo do “superconsumo”, o que exige cada vez mais políticas de reciclagem de lixo, tentando-se evitar o cataclisma ecológico.

Mas essa lei tendencial atinge também a mercadoria-mor do capitalismo moderno: a força de trabalho. O resultado humano-ecológico flagrante é o crescimento do desemprego massivo e da exclusão social, verdadeiros “lixos humanos” expelidos pelo sistema sócio-metabólico do capital. Além disso, é importante salientar o impacto da lógica da descartabilidade acelerada sobre a dimensão subjetivo-pulsional das pessoas – a instrumentabilidade e fluidez das relações sociais como reflexo do mundo das mercadorias, o que é típico de uma sociedade do fetichismo das mercadorias.

Terceiro, procura-se resolver a contradição entre produção e circulação através da criação da circulação como um empreendimento global a partir de suas próprias unidades internamente fraturadas. É claro, mais uma vez, que este é também um pressuposto do próprio sistema do capital que desde seus primórdios assumiu uma dimensão expansionista, mas nas condições de uma crise orgânica, com o imperialismo, e agora, com a crise estrutural, com o desenvolvimento de um capitalismo global, a necessidade de um empreendimento global como subordinação e de dominação dos microcosmos particulares – os Estado-nações e os territórios particulares, mundo de vida da força de trabalho da humanidade – ten-

de a assumir dimensões dilacerantes (é o que observamos na ânsia pela constituição de blocos de comércio regional, como a ALCA que surge como um “imperativo alienante do sistema de capital global”).

Eis, portanto, as determinações principais de um momento crítico da crise orgânica do capital em sua dimensão estrutural. Nessa perspectiva, a crise da globalização assume novas significações. E todo esse processo de desenvolvimento – ou, como observa Francisco Teixeira, uma *evolução sem desenvolvimento* – é permeado não apenas pela ausência de unidade das instâncias de produção e reprodução social, mas pelo antagonismo social entre capital e trabalho.

### A tríplice crise do capital

A crise da globalização é uma forma histórica de evolução crítica do modo de produção capitalista. No século XX tivemos uma crise histórica da mesma natureza – a crise mundial de 1929, que iria se desdobrar no *continuum depresso* dos anos 1930. O que tirou o mundo capitalista da Grande Depressão foi a II Guerra Mundial. Entretanto, a crise da globalização como uma crise sistêmica possui particularidades sócio-históricas decisivas que a diferenciam qualitativamente da crise de 29.

Primeiro, a crise da globalização não possui o mesmo caráter disruptivo da crise de 29, tendo em vista o aperfeiçoamento das instituições de regulação macrossistêmica do capitalismo tardio. A sua dinâmica de desenvolvimento é totalmente outra. Em nossos dias, existem mecanismos de gestão política e macroeconômica, principalmente entre os Bancos Centrais e governos dos países capitalistas desenvolvidos que tornam difícil uma crise abrupta e contágio sistêmico imediato como a de 1929. Apesar disso, o capitalismo não conseguiu abolir suas crises sistêmicas e suas contradi-

ções intrínsecas. Os impactos de uma crise sistêmica continuam tão perversos – e ampliados – quanto antes. Ela possui uma inércia orgânica que tende a debilitar mais os nexos sociais e ampliar as margens de irracionalidade societária. O cenário de letargia da economia mundial, com seus tremendos impasses comerciais (e políticos), indicam que a crise da globalização não é meramente uma crise de caráter cíclico-conjuntural.

Segundo, a crise da globalização, como uma crise sistêmica que pertence a uma etapa de desenvolvimento tardio da sociedade burguesa, ocorre sob uma dupla determinação histórica particular – é expressão tardia de uma crise orgânica do capitalismo mundial que surgiu com o desenvolvimento do capitalismo monopolista e o aparecimento do imperialismo na virada para o século XX.

Além disso, a crise da globalização ocorre no bojo de uma crise estrutural do capital como sistema de metabolismo sócio-histórico e que teve seus primórdios há cerca de trinta anos. O que significa que, no plano analítico-conceitual, podemos apreender em nossos dias uma *crise de dimensões tríplice – crise sistêmica, crise orgânica e crise estrutural*, com determinações sócio-históricas e dinâmicas variadas. É claro que estas são apenas disjunções heurísticas que podem nos esclarecer elementos importantes da nova dinâmica da ordem existente.

Por isso, apesar da crise da globalização ser mais uma crise sistêmica de maior amplitude, ela não é meramente uma crise sistêmica, tendo em vista que ocorre sob novas determinações, assumindo, portanto, novas particularidades. Acreditamos que ela não é meramente a crise de um modo de desenvolvimento sistêmico, mas, em si e para si, ela expressa a crise de um modo de produção e mais ainda, de um modo de controle do metabolismo social.

O que sugerimos nesse pequeno ensaio é uma abordagem totalizante

do processo histórico de crise da civilização do capital em suas múltiplas dimensões. Talvez possamos apreender o que é novo nessa velha dinâmica de crise do capitalismo atual. Desde o século XIX, no alvorecer do capitalismo industrial, Marx, a partir da apreensão da dinâmica do modo de produção capitalista, anunciava um período de crise social geral. É claro que, desde que surgiu, o capitalismo é um sistema de crises. Ele se reproduz e cresce através de crises das mais diversas amplitudes e intensidades, destruindo (e criando) novas condições de produção (e reprodução) da vida social.

É a partir do imperialismo como etapa superior de desenvolvimento do sistema capitalista, na virada para o século XX, que o modo de produção de mercadorias assumiu uma nova dinâmica de expansão crítica. O surgimento do capitalismo monopolista constituiu um novo ambiente sócio-histórico de contradições dilacerantes, amplas e intensivas. Foi a lógica monopólica que impulsionou as inovações tecnológicas e a expansividade voraz do capital no século XX. Em seu seio se desenvolve uma crise orgânica que abrange todo o século XX, pois ela assinala apenas aquilo que Lênin vai caracterizar como sendo o apodrecimento do capitalismo em sua fase imperialista (talvez ele tenha identificado crise orgânica com crise terminal ou ainda crise estrutural do capital, o que não era bem o caso do capitalismo mundial nos primórdios do século XX).

Foi no bojo da crise orgânica que ocorreram as duas guerras mundiais e a expansividade crítica do sistema. Inclusive, a inserção do Brasil e a constituição de seu projeto de modernização ocorreram no bojo de um espasmo de desenvolvimento da crise orgânica caracterizada pela concentração e centralização do capital. A idéia de uma crise orgânica apenas sugere uma forma de desenvolvimento societário ampliado que continha limitações decisivas em suas promessas civiliza-



tórias. Foi no período histórico da crise orgânica do capitalismo que surgiram formas sócio-históricas pós-capitalistas que preservavam o sócio-metabolismo do capital (as experiências soviéticas). Os países do socialismo real são expressões da crise orgânica do capitalismo no século XX num período ainda de ascendência histórica do capital. Nesse período de crise orgânica, é possível apreender elementos críticos que iriam se desenvolver plenamente a partir da crise estrutural do capital em meados da década de 1970 (por exemplo, já nos anos 1920 ou até no pré-1914 é possível apreender elementos de predomínio do capital financeiro e de crescimento do intercâmbio comercial que tanto caracterizam, de forma qualitativamente nova, a globalização como mundialização do capital).

Enquanto a crise orgânica não se constituiu como crise estrutural (o que iria ocorrer apenas em meados da década de 1970, sob o acúmulo crescente de contradições orgânicas do sistema), o capitalismo mundial conseguiu preservar sua base de desenvolvimento, lastreada na capacidade expansiva e irrefreável do capital. Por isso, mesmo nas condições da crise orgânica no século XX, ocorreram modos de desenvolvimento sustentável. É nas condições de uma crise estrutural que o desenvolvimento tende a apresentar limites inelimináveis. Inclusive, a crise da globalização apenas explicita o que é intrínseco à crise estrutural do capital e expõe, em si, elementos da crise orgânica (por isso, a similitude de traços críticos dessa crise com a crise de 29, apesar das suas diferenças qualitativamente novas).

O que sugerimos é que a categoria central que tende a redimensionar de forma qualitativamente nova, tanto a crise da globalização, quanto a crise orgânica, é a *crise estrutural do capital*. Ela decorre de contradições profundas do processo civilizatório do capital, que inclusive ten-

dem a negá-lo. O século XX caracterizou-se pela crise orgânica do sistema, como salientamos, e surgiram, a partir daí, momentos intensos (e variados) de crise sistêmica, como a de 1929 e agora, a da globalização (como crise de um modo de “desenvolvimento” ou de acumulação capitalista).

Entretanto, o que a crise estrutural do capital tende a colocar são não apenas os limites do sistema em si (como modo de acumulação de riqueza abstrata), mas do próprio metabolismo social (o que nos coloca na dimensão da barbárie). Numa situação de crise estrutural, ocorre o redimensionamento qualitativo de várias intervenções sistêmicas (como as denominadas “políticas públicas”) e inclusive surge a necessidade de uma nova perspectiva teórico-analítica e prático-política (uma nova concepção de ofensiva socialista).

É por não apreender tais determinações que a esquerda socialista, que se diz revolucionária, ainda continua imersa numa perspectiva meramente anti-capitalista, mas imbuída intimamente dos parâmetros societários da ordem do capital (inclusive na positivização de instrumentos de luta defensivos, tais como sindicato e partido, tal como se constituíram no século XX, por exemplo, que tinham alguma eficácia numa etapa de ascendência histórica do capital mas que, hoje, sob a crise estrutural, explicitam seus limites, apesar de seu valor como elemento de contestação anti-capitalista).

Entretanto, por ocorrer sob uma crise estrutural do capital, a contestação anti-capitalista não possui mais tanta margem de manobra no interior do sócio-metabolismo do capital pois os problemas societários que ela tende a tratar não são apenas de um modo de acumulação ou de desenvolvimento, mas de um modo de controle social (o capital). É claro que a crise estrutural não impede o surgimento de alternativas, mas tais alternativas societárias, algumas claramente anti-

capitalistas, tendem a explicitar, de imediato, seus limites estruturais.

Diante do fracasso das políticas alternativas de mercado, as supostas alternativas de Estado (com um keynesianismo redivivo de cariz desenvolvimentista) são apenas uma farsa para ocultar os limites estruturais de um sócio-metabolismo estranhado. Numa situação de crise estrutural, alteraram-se os parâmetros da estratégia socialista. Mais do que nunca, o desafio é apoderar-se do poder do Estado para extingui-lo na mesma medida, através da constituição de redes de autonomia dos produtores associados (e sujeitos conscientes da ação radical). É tal linha estratégica que irá demarcar a linha da ofensiva socialista. Além disso, diante do caráter global do sócio-metabolismo do capital, a intervenção restrita (e parcial) da ofensiva socialista – conhecido “socialismo num só país” – tornou-se mais do que nunca, insustentável, apesar de que a ação local (nacional-popular, como diria Gramsci) não deixa de ser o ponto de articulação territorial ineliminável da práxis radical.

### **Crise da globalização: crise cíclica?**

A crise da globalização como mundialização do capital não é meramente uma crise cíclica do capitalismo mundial, mas é a crise estrutural do capital como sistema de produção e reprodução do metabolismo social. O que significa que devemos apreendê-la como um processo histórico de longa duração e que possui múltiplas determinações. A inversão de conjuntura que ocorre na virada para a década de 2000 apenas ex-pôs as contradições candentes de um sistema mundial que desde a década de 1970 entrou num campo de instabilidades macroeconômicas e geopolíticas de amplo espectro.

É claro que a crise da hegemonia dos EUA no sistema mundial de poder

é apenas um aspecto da crise estrutural do capital e de seu desdobramento. A financeirização da riqueza, o “colapso” da modernização do capitalismo subalterno e a crise do *Welfare State* como base de legitimação sócio-política do capitalismo tardio são outros aspectos de uma crise estrutural em suas múltiplas determinações. Mais do que nunca, o capital como contradição viva constitui o “globo” a sua imagem e semelhança, o que significa que constitui uma totalidade concreta permeada de contradições objetivas que se desdobram (e se multiplicam) na medida em que o sistema mundial do capital se desenvolve de forma crítica.

O que apreendemos hoje como barbárie é expressão de um processo de crise da civilização do capital. Mas a barbárie ocorre num momento de amplo desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho, o que significa que apesar da “inclinação animal egoísta” do homem (utilizando uma expressão de Kant), expressa nos atos de violência massiva que avassala o cotidiano burguês na virada para o século XXI, o processo de humanização pressupõe, hoje, mais do que nunca, possibilidades concretas para o desenvolvimento do ser humano-genérico. É tal tensão radical entre o que o homem é e o que ele pode ser como ser humano-genérico que dilacera, em si e para si, a civilização do capital (é o que sugerimos em nosso livro *Dimensões da Globalização*). E isto é também um aspecto da crise da globalização. É um fato cultural da mais alta relevância para o próprio desenvolvimento da espécie humana.

Salientemos, portanto, a crise da globalização em seu aspecto de crise estrutural do sistema de reprodução social, que se constituiu nos últimos duzentos anos de sociedade industrial-capitalista e de modernizações tardias nas bordas do sistema mundial do capital (inclusive, o ex-sistema soviético e China). A crise da globalização assume, deste modo, um caráter de crise de reprodução sistêmica. E um de

seus aspectos cruciais é algo que está no centro do debate no Brasil e em vários países capitalistas desenvolvidos: a crise da Previdência Social.

Na verdade, os impasses sistêmicos da Previdência Social atingem hoje, mais o que nunca, os países capitalistas desenvolvidos, inclusive o Brasil, como borda subalterna do núcleo desenvolvido. Consideramos que a crise da Previdência Social, em sua dimensão estrutural pode ser considerada um elemento importante da crise de reprodução do sistema sócio-metabólico do capital.

Em primeiro lugar, a crise da Previdência Social é a crise de um sistema de reprodução social, o sistema de reprodução social do capital, incapaz, em si e por si, de constituir uma temporalidade futura. É interessante que Mézaros, em sua obra magistral *Beyond Capital (Para além do Capital)*, tenha observado que o capital como sistema sócio-metabólico é incapaz de constituir um tempo futuro. Na perspectiva do capital, observa Mézaros, (2002A) “não pode haver futuro num sentido significativo da expressão”. Ou ainda, “a inalterável temporalidade do capital é a posteriori e retrospectiva”. Esta é, portanto, a dimensão ontogenética da Crise da Previdência Social no interior do sistema sócio-metabólico do capital em sua dimensão crítica (a crise ex-põe a natureza da coisa).

Em segundo lugar, antes de ser meramente um problema político-contábil, a crise da Previdência Social ex-põe a incapacidade do sistema social do capital de lidar com um de seus pressupostos negados – o processo civilizatório humano-genérico, expresso, por exemplo, no aumento do tempo de vida, em virtude do afastamento das barreiras naturais pela sociedade (como observou LUKÁCS, 1978). Por outro lado, é perceptível a incapacidade do sistema social do capital em regular sua própria incontrolabilidade ontológica como sistema de redução do tempo de traba-

lho em decorrência do aumento da produtividade e da crescente incorporação da ciência e da técnica na produção social (o que Marx apreendeu nos *Grundrisse* e que aponta para uma contradição radical entre tempo de trabalho e riqueza social).

Na medida em que aumenta o tempo médio de vida, o capital tende, por outro lado, a reduzir (ou suprimir) o tempo de trabalho como medida da riqueza social. O impacto social dessa desmedida do capital é a constituição de um contingente massivo de forças de trabalho sem capacidade aquisitiva. A longo prazo, esta é a contradição dilacerante que atinge o sistema de Previdência Social. Ela se traduz no impasse político-contábil entre um contingente crescente de aposentados e pensionistas, pessoas idosas com maior expectativa de vida, dependentes do fundo previdenciário; e a redução paulatina de contribuintes do Sistema da Previdência Social, em decorrência, por um lado, da ampliação de uma superpopulação relativa sem capacidade aquisitiva, e por outro lado, da crise fiscal do Estado e da redução base de contribuição das empresas capitalistas.

Essa desmedida do capital, que perde o seu próprio padrão de medida, o tempo de trabalho, é, ao lado da contradição entre a lógica do capital e o processo civilizatório, o conteúdo concreto da crise da Previdência Social. Estamos diante de um problema universal que aparece como um espectro regressivo que assola a civilização do capital. Ela – a civilização do capital – torna-se cada vez mais incapaz de constituir um tempo de vida pleno de sentido e, por outro lado, torna-se incapaz de constituir o tempo de trabalho como medida efetiva da riqueza social (o que se expressa no crescimento do desemprego massivo).

Na verdade, o sistema sócio-metabólico do capital busca, através de um longo e doloroso processo sócio-

histórico, constituir uma nova forma social capaz de desenvolver suas próprias contradições objetivas. As tendências apontam para o aprofundamento da mercantilização social e da lógica fragmentária de cariz pós-moderna. A própria Previdência Social é tratada como um mero fundo de investimento subalterno à lógica da financeirização (aqueles que defendem os fundos de previdência privada entregam o futuro nas mãos do capital financeiro).

Em decorrência da etapa tardia de desenvolvimento do processo civilizatório e de afastamento das barreiras naturais (o que significa a constituição de instituições normativas cada vez mais complexas), e da própria natureza da sociabilidade intensiva (e sistêmica) – uma sociedade cada vez mais social, como observou Lukács (1978) – os impasses da civilização do capital não devem (ou não podem) nos projetar numa mera Idade de Trevas, como aconteceu no passado distante, nos vários períodos de crise primordial da civilização.

O que podemos vislumbrar, como tendência dominante, é um período contínuo de contradições estruturais sistêmicas, múltiplas e diversas, capazes não apenas de nos colocar diante do *continuum depresso* da barbárie, em suas múltiplas dimensões; mas também de nos colocar diante de espectros das possibilidades humano-genéricas frustradas pelo capital, postos (e repostos) pelas mais diversas expressões estéticas e pelos movimentos sociais através de suas utopias e distopias.

Recebido em 26.01.2004. Aprovado em 20.02.2004

## Referências

- AGLIETTA, Michel. *Regulación y crisis del capitalismo*. Madri: Siglo Veintiuno Editores, 1979.
- ALVES, G. *Dimensões da globalização – o capital e suas contradições*. Londrina: Editora Práxis, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Trabalho e mundialização do capital*. Londrina: Editora Práxis, 1999.
- \_\_\_\_\_. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Editora Boitempo, 2000.
- ARRIGHI, G. *A ilusão do desenvolvimento*. 4. ed., Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.
- BARAN, P.; SWEEZY, P. *El capital monopolista*. Madri: Siglo Veintiuno Editores, 1967.
- BRENNER, R. *O boom e a bolha*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- BLOCH, E. *El principio esperanza*. Madri: Grijalbo Editora, 1956.
- CHESNAIS, F. *Mundialização do capital*. São Paulo: Editora Xamã, 1995.
- \_\_\_\_\_. (Org.) *Mundialização financeira*. São Paulo: Editora Xamã, 1999.
- FOLHA DE SÃO PAULO. *EUA abortam mercado futuro do terror*. Disponível em, [www.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft30072003.htm](http://www.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft30072003.htm)> Acesso em: 30 jul., 2003.
- GRAMSCI, A. *Literatura e vida nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- JAMESON, F. *Pós-modernidade: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- KURZ, R. *O Colapso da modernização*. 3. ed., Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.
- LUKACS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Temas de Ciências Humanas*, n. 4, São Paulo: Grijalbo, 1978.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Editora Boitempo, 2002 A.
- \_\_\_\_\_. *Século XXI – Socialismo ou barbárie?* São Paulo: Editora Boitempo, 2002 B.
- SENNET, R. *A Corrosão do caráter*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.
- SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Tradução de Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- TEIXEIRA, F. J. *A quarta forma de produção de mercadorias*. UECE: Fortaleza, 2003. Mimeografado.

## Notas

- 1 NAFTA – North American Trade Agreement (Acordo Norte-Americano de Livre Comércio). ALCA – Área de Livre Comércio das Américas.
- 2 Para uma interessante análise da lógica da produção destrutiva do capital, indicamos a leitura do capítulo 16 de *Para Além do Capital*, onde Mézáros trata da administração da crise e auto-reprodução destrutiva do capital (MÉSZÁROS, 2002).
- 3 ALVES, G. et al. (Orgs.). *Dialética do ciberespaço*. Editora Praxis, 2002.

## Giovanni Alves

[giovanni.alves@uol.com.br](mailto:giovanni.alves@uol.com.br)

Universidade Estadual de São Paulo – UNESP  
Campus Universitário – Marília/SP  
Av. Hygino Muzzi Filho, 737  
CP: 420  
CEP: 17 525-900